

A maior recessão da história

São Paulo — A dupla ofensiva de ajuste fiscal e de juros altos pode transformar a recessão esperada para o 1999 na mais grave que o país já enfrentou do ponto de vista do emprego. A economia brasileira entra em desaceleração com a mais alta taxa de desemprego dos períodos pré-recessão. Hoje, o índice está em 7,8%, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos outros dois períodos recessivos da história recente do Brasil — 1981 a 1983 e início dos anos 90 — a economia entrou em retração quando estava com taxas baixas de desemprego. Em 1980, o desemprego estava em 3,4% e em 1989 era de 3,0%, segundo o Censo e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do IBGE.

O mercado de trabalho está mais fragilizado: aumentou a participação de trabalhadores que atuam por conta própria e sem carteira assinada. Desde 1990, 2,5 milhões deles perderam o emprego formal. Outros 5 milhões passaram para a informalidade. Isso significa que, em caso de demissão, esses trabalhadores não terão direito a 13º salário, seguro-desemprego e outras vantagens pagas na rescisão do contrato de trabalho, observa o economista Márcio Pochmann, da Universidade de Campinas.

Outro complicador é que as demissões tendem a se espalhar pelo país e em diferentes setores da economia. Antes, concentraram-se na indústria, cas-

tigando os grandes centros urbanos. As estimativas para 1999 apontam a demissão de servidores como saída para equilibrar as contas públicas e limitar os gastos com pessoal a 60% da receita da União, estados e municípios. “Se isso for feito, a redução do emprego público ampliará os efeitos recessivos pelo país”, adverte Pochmann, lembrando que em muitas cidades do interior, a prefeitura é o principal empregador.

Nas estimativas da empresa Tendências Consultoria Econômica, a taxa de desemprego medida pelo IBGE ficará em 10% no próximo ano, chegando perto de 13% no primeiro trimestre. “O desemprego vai aumentar, com uma parcela conjuntural e outra estrutural, representada pela manutenção de projetos de reestruturação empresarial”, diz a economista Denise de Pasqual.

BASE BAIXA

Para Pochmann, a taxa média do ano pode ficar em 13%. A estimativa da Tendências considera uma queda de 1,5% no Produto Interno Bruto (PIB), explica Denise. “A previsão para

1999, de menos 1,5%, não é um número mais forte que a recessão de 1992, mas parte de uma base muito baixa”, observa. Em 1989, a economia cresceu 3,2%. Em 1998, o PIB deve crescer menos de 1%.

Pochmann explica que hoje o efeito do crescimento negativo do PIB sobre o desemprego é mais intenso do que na década anterior. No final de 1997, a economia crescia a uma taxa de 3,6%. E caiu para 1,4% no segun-

do trimestre de 1998. “A queda de 2,2% no ritmo de crescimento já provocou um aumento de 3% no índice de desemprego”, explica ele, lembrando que a taxa estava em 4,8% em 1997 e já está em 7,8% (agosto).

O efeito negativo so-

bre o emprego é mais imediato, diz ele, por causa da contratação precária. Sem registro, o custo de demissão é menor. O perfil do desempregado na recessão de 1999 também deve ser diferente. Em 1981-83, a redução atingiu o chão da fábrica, observa. Foram demitidas as pessoas mais jovens, com menor escolaridade e menor experiência. Nos anos 90, o desemprego atingiu também a classe média.

“HOJE, O EFEITO DO CRESCIMENTO NEGATIVO DO PIB SOBRE O DESEMPREGO É MAIS INTENSO DO QUE NA DÉCADA ANTERIOR OU NO INÍCIO DE 1990”

Márcio Pochmann,
professor da Universidade Estadual de
Campinas